

Marinha prossegue inquérito do MR-8 e toma novos depoimentos

O Conselho Permanente de Justiça da 1.ª Auditoria da Marinha deu continuação, ontem, ao sumário de culpa das 33 pessoas, que estão denunciadas na Lei de Segurança Nacional, acusados de participarem do MR-8. Os réus que estão presos foram levados à Auditoria guarnecidos por forte dispositivo militar, auxiliado inclusive por elementos da Polícia Feminina, que revistaram as bolsas de todas as moças e senhoras que foram assistir à sessão.

Sob a orientação do auditor Osvaldo Lima Rodrigues, os juizes militares ouviram o depoimento das testemunhas de acusação. Vital Paulino, Francisco Xavier Rocha, João Carvalho Martins e Milton da Silva confirmaram os depoimentos prestados às autoridades policiais, respondendo inúmeras perguntas dos advogados de defesa. Terminada a sessão, o Conselho de Justiça resolveu marcar para o próximo dia 24 — segunda-feira — a continuação da formação de culpa, ocasião em que deverá ser ouvidas as testemunhas informantes, também arroladas pelo promotor João Vieira do Nascimento.

JORNALISTAS

Julgando um recurso do promotor da 3.ª Auditoria do Exército, o Superior Tribunal Militar determinou ao juiz-auditor aceitar a denúncia oferecida contra o jornalista João Oliveira Bastos, acusado de ter ofendido moralmente o ministro da Fazenda, Delfim Neto.

O processo será iniciado nos próximos dias, quando o magistrado marcará a data para início da formação de culpa do articulista da «Tribuna de Imprensa», que, segundo a representação, ofendeu, em sua coluna, a honra do ministro Delfim Neto.

A denúncia foi formulada pelo promotor Váler Wigderowitz e recebida pelo juiz-auditor, cabendo então recurso do Ministério Público à Corte Superior de Justiça. A origem do processo foi a representação do próprio ministro, inicialmente encaminhada ao procurador-geral da Justiça Militar, Nelson Barbosa Sampaio.

O procurador-geral da JM deseja

também processar o jornalista Mury Lydia que, também no mesmo jornal, ofendeu a seu vêr, a honra do ex-ministro do Trabalho, o atual ministro da Educação, senador Jarbas Passarinho. Nesse sentido já foi distribuída uma outra representação à Auditoria de Correção para redistribuí-la a uma das sete Auditorias a fim de ter início a ação processual.

PROFESSOR SOLER

O professor de Direito Penal da Universidade de Buenos Aires, professor Sebastian Soler, que veio ao Rio como observador da Comissão Internacional de Justiça, com sede em Genebra, para acompanhar o julgamento de Niemol Moniz Sodré Bittencourt, pronunciou-se contrário à pena de morte para quaisquer tipos de criminosos.

Revelou que durante um encontro internacional realizado em Coimbra, penalistas de todo o mundo condenaram a pena capital, à exceção de um delegado francês e um outro da União Soviética.

O mestre portenho considerou que «o procedimento da Justiça Militar brasileira é superior ao da Corte Militar de seu país», classificando a legislação penal militar do Paraguai como «muito antiquada». Disse o professor Sebastian Soler que a prisão preventiva «é um mal necessário», que se aplica em caso de suma necessidade.

Sobre o julgamento da ex-diretora do «Correio da Manhã», Niemol Moniz Sodré Bittencourt, o professor da Universidade de Buenos Aires fará um completo relatório, que será divulgado em várias línguas e encaminhado à Organização das Nações Unidas. Sebastian Soler ficará no Rio até o fim da semana, quando viajará de retorno ao seu país.

O universitário fluminense Cláudio Torres da Silva, acusado de ser um dos elementos que seqüestrou o embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick e de ter ferido, no interior do apartamento de seu tio, no Leme, o sargento Jorimar José Igrejas, foi, ontem, interrogado perante o Conselho Permanente de Justiça da 1.ª Auditoria da Aeronáutica.

Contou pormenores da ocorrência verificada no dia 9 de setembro último, quando se viu envolvido num tiroteio com elementos do Centro de Informações da Marinha — CENIMAR — que os aguardavam, escondidos, no interior do apartamento n.º 1.101 do prédio 14 da Rua Projetada, de propriedade do professor Fróes, seu tio.

Disse Cláudio Tôres da Silva que é filho do coronel da Brigada do Rio Grande do Sul, Milton Gomes da Silva, que não se recordava muito bem das declarações prestadas às autoridades policiais-militares, uma vez que na ocasião estava «traumatizado».

O universitário confessou que realmente trocou tiros com as pessoas que se encontravam escondidas, à sua espera, no imóvel, onde chegou por volta das 23.40 do dia 9 de setembro. Ignorava na época — segundo disse — que estivesse sendo procurado como cúmplice do seqüestro do embaixador dos Estados Unidos.

O réu foi denunciado na Lei de Segurança Nacional pelo promotor José Manes Leitão, que o enquadrou no artigo 28 da antiga Lei de Segurança Nacional que diz será punido com pena entre 12 a 30 anos «quem mate por motivos de facciosismo ou inconformismo político-social a quem exerça autoridade pública ou estrangeiro que se encontre no Brasil a convite do Governo brasileiro, a serviço de seu país ou em missão de estudos».

O réu contou que saiu ferido levemente.

O advogado Augusto Sussekind de Moraes Rego impetrou e perdeu no STM um recurso pedindo fosse declarado incompetente a Justiça Militar para processar e julgar o estudante.

Terminada a sessão, o auditor abriu vistas dos autos ao promotor para as alegações finais. O Ministério Público tem cinco dias para pronunciar-se, enquanto que a defesa tem, também, igual prazo. Após o pronunciamento de ambos, o juiz Teófilo Rodrigues de Miranda marcará a data de julgamento, o qual deverá ocorrer ainda em dezembro do corrente ano.

JORNAL DO COMMERCIANT 22/11/69